

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



O DIREITO DAS GESTANTES NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E SUAS CONTRARIEDADES

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori

Yasmin Elisa Mainel De Godoy

Jessica Cristina Cesario Dedino

Alice Maria Dias De Macedo Fragoso

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Podemos verificar que a realidade das gestantes dentro do sistema prisional é complexa, tendo em vista o alto índice de condições que são impostas para que a presa fique junto de seu nascituro e faça parte de sua infância, pois a ausência da figura materna traz consequências negativas para a vida da criança. A gestação, acaba tornando a experiência no cárcere muito mais complicada, tornando a mulher mais vulnerável em um ambiente degradante, não só para ela, mas também para seu filho. O cenário evoluiu, quando sancionada a Lei 13.434/2017, no entanto, a efetividade desses direitos deixa a desejar, conforme pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, elaborada em 2015, que demonstrou que muitas questões inerentes à este grupo de mulheres, ainda são deixadas de lado.

Objetivo

Garantias e deveres fundamentais em sistema prisional brasileiro para detentas gestantes, situações degradantes na prisão e violação de seus direitos mediante a falta de estrutura.

Material e Métodos

Analisando o previsto nos termos do Art. 117, Inc. IV da Lei de Execução Penal, e Art. 89 da Lei nº 7.210/84, vemos que, são muitas as mães que poderia se beneficiar da prisão domiciliar, normas legislativas com caráter específico de proteção, além de jurisprudências que citam que deveriam haver berçários adequados e convivência da mãe e do nascituro, no entanto, ocorre que as mulheres grávidas continuam encarceradas e privadas de sua dignidade.

Resultados e Discussão

A maternidade no âmbito em debate faz-se surgir inúmeras questões referente aos direitos fundamentais das detentas gestantes e puerpérios, em que, no seu dia-a-dia enfrentam uma série de desafios no cárcere, como a falta de infraestrutura higiênica, assistência a pré-natal e psicológica pós-gestacional, falta de alimentação adequada, que infelizmente limitam o convívio com a criança. Ademais o sistema prisional não foi projetado para

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



incluir as necessidades das gestantes, o que agrava muito considerando as precárias condições que as mesmas vivem, isso ocorre devido ao nível de aglomeração nos presídios, ocasionando em negligência das particularidades femininas, especialmente quando o assunto é maternidade. A inaplicabilidade da legislação em vigor, pois a maioria das detentas mulheres cometem crime sem violência ou grave ameaça e continuam sem a substituição da pena.

Conclusão

A pesquisa referente à situação do desenvolvimento da maternidade da mulher mostrou claramente as dificuldades enfrentadas e as negligências, que estão atreladas junto a falta de profissionais, de investimentos, de políticas preventivas, em fim da humanização do sistema prisional. Pode-se concluir que, a legislação protege os direitos, mas não há o cumprimento das determinações previstas legalmente, que assegurem a dignidade da pessoa humana, levando a graves consequências.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2024

FERNANDES, D. C. A.; FERNANDES, H. M. A.; BARBOSA, E. da S. Reflexões sobre o Direito à Saúde das Gestantes e Puérperas no Sistema Prisional. Revista Saúde Multidisciplinar, Mineiros: FAMP, 2020.1/7ªEd. – ISSN 2318 3780.

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO. Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 25 jan. 2018. Disponível em: <https://gmf.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5265985/5278180>. Acesso em: 01 mar. 2024.